

## O EMPODERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E DO RESPALDO JURÍDICO À LUZ DA PSICANÁLISE

Hérgiton Teodomiro Linhares Maia; Rinaldo Silva de Paiva, Herika Juliana Linhares Maia,  
Francisco Diniz Junior

*Associação Brasileira de Estudos Psicanalíticos, hergitonm@yahoo.com.br;  
Faculdade Damásio, rinaldo\_paiva@hotmail.com,  
Universidade Federal de Campina Grande, erikajuliana@hotmail.com,  
Universidade Estadual da Paraíba, prof.juniordiniz10@gmail.com.*

**Resumo do artigo:** É bastante peculiar a noção de mundo de uma mulher que retorna aos estudos depois de adulta, após anos afastada do espaço escolar, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida em razão de fatores de violência, seja esta de qualquer esfera. Quem são essas mulheres? Como são representadas? Quais os conhecimentos dos ramos do direito que estas têm? Nesta perspectiva, este trabalho objetivou-se em compreender a importância da educação escolar com o entendimento dos ramos dos direitos legais em uma visão psicanalítica e sua ação transformadora e reparadora na vida das mulheres como forma de suprir traumas inconscientes gerados pelas constantes situações de vulnerabilidade e violência sofridas durante o período escolar, demonstrados nos relatos escritos e como estas senhoras, a partir da educação escolar, conseguiram sobressair e se firmarem como: mulher, cidadã, provedora do lar e empoderando-se do seu espaço no mundo. Este trabalho foi realizado na Escola Estadual Antônio Guedes de Andrade, com treze alunas, e teve um caráter qualitativo, onde se utilizou como instrumentos para a obtenção de dados a elaboração de um memorial e relatos orais. Os resultados obtidos pontuaram fatores para uma mulher poder evadir os estudos como: violência de todas as formas, abandono, alienação, submissão que explicitaram os processos de resignificação e resiliência de suas escolhas, evidenciaram a importância do espaço escolar na recuperação da estima dessas mulheres, remetendo-se ao processo de empoderamento das mesmas.

**Palavras-chave:** Mulher, Direito, educação escolar, Psicanálise, empoderamento.

### INTRODUÇÃO

Ao observar a história sobre o gênero feminino e suas representações sociais, percebe-se que estas foram negligenciadas durante o processo histórico da humanidade, variadas e diversificadas concepções referentes à mulher foram construídas decorrentes de uma multiplicidade de fatores, um deles efetivamente é a escassez de fontes documentais relativas à figura feminina e o seu universo social.

As palavras expressam as dialéticas experienciadas de mulheres, onde suas realidades forjam uma linguagem do não dito, mas vivido. Ao descobrir a história do silenciado, nas entrelinhas dos escritos destas, encontram-se nos labirintos de palavras centelhas de verdades que transcendem as fronteiras dos espaços produzidos e preparados para sobreviverem à sobra dos seus mandatários. As mulheres que se empoderam através dos direitos de conquistas sociais e de lutas por espaço e visibilidade, sejam estas conquistas isoladas e também conquistas coletivas em uma interligação e

também em todos os ramos do Direito vigente no país, como os direitos sociais, civis, trabalhistas e direitos difusos que constituem direitos transindividuais, que ultrapassam a esfera de um único indivíduo, caracterizados principalmente por sua indivisibilidade, onde a satisfação do Direito deve atingir a uma coletividade indeterminada, porém ligada por uma circunstância de fato.

Trabalhar com escritos e oralidade do universo das mulheres leva, necessariamente, a tecer considerações acerca das representações sociais e das relações de gênero, onde o empoderamento é vivificado. Elencando todo esse introspecto em torno do gênero “mulher” e sua interface com os vários ramos do Direito pertinente, sejam eles individuais ou coletivos, como forma de altivez, especificamente as mulheres desta pesquisa, pertencentes a uma comunidade rural de Campina Grande – PB. Evidenciando a necessidade de entender o processo de representatividade destas mulheres, analisando a partir da vivência da educação escolar em uma visão psicanalítica, as descobertas dos seus direitos e deveres individuais e transindividuais.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste artigo foi realizar um estudo investigatório da trajetória de vida de um grupo de mulheres entre trinta e quarenta e cinco anos, moradoras da comunidade do Catolé de Zé Ferreira em Campina Grande – PB. Para entender como essas se representam através dos escritos e relatos de memórias com a dialética educacional e de gênero, compreendendo a importância das representações sociais vislumbrada na educação escolar e sua ação transformadora e reparadora, estabelecendo uma ação de empoderamento em suas vidas, numa visão Psicanalítica a luz de todos os ramos do direito.

Como forma de estabelecer um referencial teórico psicossocial, educacional e jurídico que fosse capaz de sistematizar o proposto como dialética de investigação, tornou-se importante conhecer e analisar, a partir de uma leitura aprofundada nas esferas da educação, Psicanálise, do Direito, da historicidade do gênero mulher, das representações sociais e entender o sentido e o significado do termo “*Empoderamento*”. Este último, não muito comum para confluir com o gênero, refere-se a uma ação social que visa potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais, esta consciência possibilita a emancipação necessária para a superação da dependência social e dominação política, gerando poder e dignidade a quem deseja liberdade para decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro.

Por último, foram expostas as considerações finais, procurando produzir um conhecimento sobre como as mulheres são representadas, buscando uma correlação com os preceitos psicanalíticos, jurídicos e educacionais, enfatizando os conceitos estruturais da teoria das

representações sociais, de gênero e em todos os ramos do direito, para justificar o processo de empoderamento destas.

## CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA FUNÇÃO DA MULHER

Muitas ideias sobre o gênero feminino e suas representações foram negligenciadas durante a formação histórica da humanidade, assim como variadas e diversificadas concepções construídas deste gênero. Decorrente de uma multiplicidade de fatores, um deles efetivamente é a escassez de fontes documentais relativas à figura feminina e o seu universo representativo social. Segundo Beauvoir (1980), toda a história das mulheres foi feita por homens.

De acordo com Priore (1998), deve-se identificar a mulher em cada lugar observável, nomeá-la, reconhecê-la e compreender em que circunstâncias ela foi espoliada na sua relação oficial com o mundo masculino. O percorrer das histórias de vida das mulheres adultas leva-nos a considerar que as alunas têm: sexo, raça, religião, nacionalidade, como também estão inseridas em relação de gênero. Segundo Soares (2003), o gênero é mais uma especificidade a ser incluída na realidade do público da área educacional. De acordo com Louro (2000), gênero é uma construção social feita sobre as diferenças sexuais. O interessante não é propriamente a diferença sexual, mas a forma como essa diferença é representada ou valorizada, aquilo que se diz ou se pensa sobre a mesma.

Gênero e sexo são conceitos bem diferentes, já que sexo remete-se às diferenças anatomo-fisiológicas existentes entre os homens e as mulheres; e gênero, por sua vez, remete-se à maneira assumida pelas diferenças entre mulheres e homens nas diferentes sociedades, no transcorrer da história (CARVALHO; BASTOS, 2004). Assim, é preciso compreender os gêneros como algo em construção contínua dentro da sociedade e, portanto, depende da história e das circunstâncias (LOURO, 2000).

Nesse sentido, Carvalho e Bastos (2004) descrevem a escola, hoje, como espaço social para a formação de homens e mulheres, caracterizando-o como um espaço generificado, atravessado pelas representações sociais e de gênero. Em nosso país esse espaço foi a princípio, predominantemente masculino e da raça branca. Com a evolução social e cultural a escola viu-se obrigada a acolher meninos de outras etnias e mulheres. A escola foi obrigada a transformar-se.

Segundo Louro (2000), a escola modificou-se sem alterar suas características principais, como a de constituir-se como um espaço diferenciador. Soares (2003) desenvolveu um estudo sobre

a influência da condição feminina na busca de escolarização na idade adulta. São mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos, com sua representatividade social delimitada e essa perspectiva é estimulada pela concepção dos saberes jurídicos dos direitos sociais e civis aprendidos durante o processo educacional.

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A PSICANÁLISE

Em uma abordagem Psicanalítica, a educação escolar elenca o processo educacional como forma de representatividade e propõe uma interligação entre a educação escolar e a Psicanálise, instigando que ambas andam paralelamente na mesma direção, com algumas diferenças como: transmissão e ensino, mas com o intuito de existir uma importante serventia da Psicanálise para com a educação escolar, principalmente quando é demonstrado como a educação encontra-se presente, fragmentada entre os textos da teoria psicanalítica de Sigmund Freud.

Em sua obra, Freud não escreveu algo específico sobre o tema Educação, porém em seus estudos, por diversas vezes, ele fez referências à mesma. No início de sua obra, Freud considerou a educação como tendo um papel de profilaxia das neuroses. Freud (1930/2006), a partir do conceito de ideal do ego (ou superego), sugere que o professor pode oferecer um modelo de satisfação de suas pulsões.

Freud (op. cit.), já com sua obra quase pronta, passa a considerar que a análise e a educação têm, na verdade, o mesmo objetivo: o tratamento psicanalítico. Dessa forma a educação encontra-se inserida diretamente na obra de Freud, mesmo que de forma implícita, mas viva e possibilitando mudanças no contexto educacional. Oliveira (2001) explicita que a educação escolar para adultos é formada por um grupo homogêneo de pessoas provenientes de áreas empobrecidas, filhos de trabalhadores não qualificados, com baixo nível de instrução escolar.

Segundo Souza (2000), a Educação de Adultos é fundamentada em três pilares: reparadora, equalizadora e permanente. A função *reparadora* tem como alvo, aqueles adultos que não tiveram na idade adequada oportunidade de frequentar uma sala de aula, ou abandonaram-na em seu itinerário educacional, deixando assim uma grande lacuna na vida dessas pessoas ordinárias que não tiveram igualdade de oportunidade perante a lei.

A função *equalizadora* visa entrada de todos aqueles excluídos no sistema educacional, que de alguma forma ficaram de fora do sistema educacional, procurando uma nova oportunidade como forma de garantir uma redistribuição desses alunos. A função *permanente*, ou qualificadora, como

também é chamada, busca propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Esta função é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a igualdade, a diversidade e a solidariedade.

Essa é a principal função da educação: proporcionar condição de auto crescimento, melhorando o meio onde está inserido o indivíduo que a procura. Uma educação capaz de amparar mulheres adultas e estimular a acreditarem em si, a buscar novos caminhos pessoais e profissionais, a lutar por uma sociedade mais justa, desenvolvendo seus princípios de representatividade com orgulho e serenidade, descobrindo a força oculta em seus escritos e relatos de memória, através do poder de representar-se e ser representada, do poder do empoderamento entrelaçado com os propósitos jurídicos de proteção aos direitos fundamentais.

## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER E SUA VISÃO JURÍDICA**

A concepção do termo representação social refere a uma imitação mental é uma forma de trabalho e ação da psicanálise. É através do ato de representar que somos capazes de evocar uma pessoa, uma ideia, um objeto ou uma situação na sua ausência. O conceito de representação foi desenvolvido por Serge Moscovici, um Psicanalista que legitimou a teoria da representação social em meados da década de 1960.

Moscovici (2003) propôs que exista uma estrutura teórica para as representações sociais. Em seus pensamentos a representação tem duas faces indissociáveis: a face figurativa correspondente a um objeto, e a face simbólica relativa ao sentido atribuído ao objeto pelo sujeito, dessa forma ele demonstrou a inexistência de representação sem objeto. Segundo Moscovici (op. cit.), entre várias funções das representações sociais, destacam-se quatro:

Função de saber: as representações sociais oferecem uma explicação e um sentido à realidade. A função de orientação tem a incumbência de explicação, reflete ao nível da ação. Já na função identitária as representações sociais permitem ao sujeito construir uma identidade social, posicionando-se em relação aos outros grupos sociais, ou seja, as representações sociais permitem distinguir o grupo que as origina dos outros grupos e por último, na função de justificação que permitem aos sujeitos explicarem e justificarem as suas opiniões e os seus comportamentos.

Quando essas funções são extirpadas por retrocessos xenofóbicos, é necessário buscar no viés doutrinário entre várias outras esferas da lei, a possibilidade de entendimento de que essas funções subjetivas tenham sido ceifadas com o intuito de conter o processo natural do conhecimento

que doravante o tornaria libertador para essas vítimas da história social. Baseando-se nesses preceitos e vislumbrando em uma conotação jurídica, cabe esclarecer inicialmente que são determinados como difusos os direitos ou interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato. Exemplo: direito a um meio ambiente equilibrado, qualidade de vida (saúde e educação), dentre outros bens da vida que pertencem à massa de indivíduos e cujos prejuízos de uma eventual reparação de dano não podem ser individualmente calculados.

Grinover (1984) compreende interesses que não encontram apoio em uma relação base bem definida, reduzindo-se o vínculo entre as pessoas a fatores conjunturais ou extremamente genéricos, a dados de fato frequentemente acidentais ou mutáveis: habitar a mesma região, consumir o mesmo produto, viver sob determinadas condições socioeconômicas, sujeitar-se a determinados empreendimentos, etc. Assim, a impossibilidade de estudar por ser mulher e ou mãe e que escola não condiz com um espaço saudável para uma mulher casada, que mulher não precisa ser letrada ou alfabetizada, basta ser dona de casa e qualquer outra violação que possa atingir indeterminado número de mulheres, viola vários ramos do direito.

## **PRECEITOS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS CONDIÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DAS MULHERES**

A pesquisa está fundamentada em uma análise qualitativa, explicitada numa estratégia de investigação social e comportamental de mulheres de uma comunidade carente de Campina Grande – PB. O procedimento deste trabalho foi dividido em algumas etapas. Iniciando-se com a escolha das mulheres pesquisadas por faixa etária. Treze mulheres adequaram-se às exigências estabelecidas como: idade, frequência assídua no ambiente escolar, morar na comunidade do Catolé de Zé Ferreira, entender e concordar com as condições de exposição que a pesquisa poderia causar.

Depois foi proposto a essas mulheres/alunas que elaborassem um memorial, onde deveriam narrar sua história, desde as primeiras lembranças, suas alegrias, dificuldades, frustrações, tudo que remetesse ao mundo pessoal e escolar percorrido em sua infância e juventude, passando pelos eventuais motivos que as levaram a escolher outros caminhos até seu retorno à escola, depois de anos desenvolvendo outras atividades, o que as levaram a retornarem para o espaço escolar e como elas se veem hoje.

Dos memoriais escritos pelas mulheres pesquisadas. Foram dados pseudônimos a partir de nomes bíblicos de mulheres para resguardar a privacidade e intimidade das alunas, prezando pela ética e a confiabilidade da pesquisa. E para finalizar, consistiu em examinar e analisar os escritos dos memoriais e as falas dos vídeos com base nos estudiosos e especialistas da área de educação, Psicanálise, gênero, representação social e os vários ramos do direito, transcrevendo-os de forma fiel e idêntica os relatos das referidas mulheres, sem modificar sua forma ortográfica e gramatical, mantendo sua total originalidade, pureza e imparcialidade.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que será vivenciado nestes escritos e relatos orais sobre essas mulheres corresponderá a muitas falas silenciadas durante o transcorrer de suas vidas. Revelando uma visão íntima da história destas, dentro de suas próprias histórias de vida. Mas afinal, quem são essas mulheres que frequentam a educação escolar na fase Adulta? Essa pertinente pergunta é respondida por elas mesmas em seus escritos nos memoriais:

*A história citada faz parte da vida de uma mãe, e mulher chamada XXXX, que não pode estudar pois meu pai não deixava e hoje luto com todas as forças para que pessoas não passem o eu passei. (sic) (DALILA).*

*Minha história começa assim eu nunca tive uma infância feliz quando eu estava com 2 meses meu pai foi embora e deixou minha mãe e nunca me reconheceu como filha. (...) quando estava estudando descobri que ele não podia se negar em me conhecer, aí coloquei ele na justiça e o juiz colocou o nome dele nos meus documentos. (sic) (MARTA).*

O sonhar na vida dessas mulheres ainda é o que resiste. Depois de traumas de tanto trabalho, tanta responsabilidade, de ser a viga de sustentação de sua família, não podendo sequer tecer qualquer tipo de reclamação, só restou para estas o ato de sonhar. A responsabilidade carregada em seus ombros, por demais pesadas e, mesmo assim, ainda persiste o sonho. O não entender o que realmente é indica uma não aceitação do que se representa e ou como está sendo representada pelos outros. Conforme Abric (1998), o ato de representar vai determinar seus comportamentos e suas práticas. O fundamental no êxito da influência social é o estilo de comportamento adotado pelo agente ou aquele que busca liderar (MOSCOVICI, 2003).

Quando a escola propicia o conhecimento jurídico no caso da MARTA, ao descobrir que no ECA, especificamente no art. 102, § 4º, poderia conceder sua identidade familiar, isso prepôs um

significado sem precedentes para esta senhora, mesmo com mais de trinta anos de atraso. Já o desabafo de DALILA ressalta a luta de tentar estudar e por vários motivos familiares como: O pai não permitir que os filhos do sexo feminino estudassem por concepções machistas e patriarcais e hoje ela luta para que seus parentes que estão fora da escola voltem a estudar. Ela baseia-se na premissa da Constituição Federal que estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar. Quando se refere ao motivo pelo qual essas meninas-mulheres enveredam por outros caminhos e tiveram que interromper sua caminhada educacional, são citados inúmeros fatores, dos mais prováveis aos mais injustos, como as condições econômico-sociais enfrentadas pela família, mudança de local de moradia, gravidez, casamento, trabalho, dificuldades de acompanhar a rotina de estudos imposta pela escola, dentre outras.

*Estudei o primeiro mês, que foi suficiente para que eu aprendesse a escrever meu 1º nome..., mais depois do 1º mês meu pai me retirou da escola, era tempo de chuva, tinha que plantar para que pude-se comer. Voltei a estudar com 10 anos mais foi por pouco tempo... Já estava com 20 anos procurei uma escola e me matriculei sem avisar ao meu marido, tocava no assunto ele ficava agressivo e me espancava... Para não morrer tive que deixar meu casamento e denunciei ele. (sic) (ESTER).*

*Na 6ª série conheci uma pessoa muito especial e me envolvi com ele. Acabei ficando grávida ... desisti do estudo quando falava em voltar ele dizia que escola não era lugar de mulher direita. Quando ele soube que eu tinha me matriculado escondido, me deu uma surra que quase me matou, ai junto com minha mãe coloquei ele na lei Maria da Penha, com muita vergonha mais foi o jeito, se não ele ia me matar, hoje estudo e estamos separados, mas estou feliz. (sic) (ANA).*

Para a representação social esse fator é explicitado por Moscovici (2003) como uma função justificadora das tomadas de posição e dos comportamentos por parte dos sujeitos. Para o pensamento jurídico, a descoberta da lei protetiva para estas mulheres foi muito importante, não só a lei Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, mas saber que outras passavam pelos mesmos dilemas e a escola as uniu para juntas enfrentarem esse grande problema

que é a violência doméstica. Essas mulheres demonstram um interesse em ter uma identidade profissional, algo que as norteie e possa proporcionar e oportunizar uma melhoria em seu mundo social e familiar.

*Vou fazer um curso profissionalizante. Tenho um sonho de fazer auxiliar de enfermagem, pois gosto muito de ajudar as pessoas que estão passando o que eu passei. (sic) (SARA).*

*Pretendo fazer o curso de serviço social e vou fazê-lo, pois foi uma assistente social que me salvou e quero fazer o mesmo pelos outros... (sic) (MIRIAM).*

As falas dessas mulheres guerreiras transcendem a manifestação de seus sonhos sob forma material, eles tornam-se possíveis e através destes mesmos sonhos que revigoram suas esperanças em um futuro promissor, empoderando-se, não pelo sofrimento perpassado, mas pelo futuro que as esperam. Seus sonhos, seus desejos, são consequências de uma luta diária para serem reconhecidas como elas realmente são, e não pelo o que a sociedade impõe. Que essas falas jamais sejam silenciadas, que seus desejos jamais sejam cessados e que seus sonhos sejam fecundos e sólidos. Conforme Beauvoir (1980), que nada nos defina, nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar elenca o processo de representatividade como forma educacional em uma abordagem Psicanalítica, com isso, este trabalho vislumbrou a função significativa destes mundos (Psicanálise, Gênero, Direito e Educação), realizando análises e reflexões sobre a ideia da representação social e a educação escolar como ação transformadora e reparadora na vida destas mulheres/alunas como forma de suprir os possíveis traumas decorrentes de vários fatores psicossociais e sua ressignificação sobre a luz dos ramos do direito.

Os resultados obtidos, identificando motivos distintos que levaram as mulheres a desistirem de estudar, dentre os quais foram: desagregação familiar, casamento, maternidade prematura, mudança de domicílio, necessidade de ajudar na renda familiar, violência doméstica, falta de proteção jurídica, dentre outros. Quanto ao reingresso destas mulheres/alunas à escola, o mesmo está associado no ponto de vista Psicanalítico a uma escolha, é importante ressaltar que nos relatos de todas as pesquisadas, não foram constatados nenhum tipo de trauma e ou problema em questão do ambiente escolar e ou seu espaço como ambiente social e educativo.

Pelo contrário, todas trazem em suas lembranças, imagens e recordações de fatos e situações importantes para a sua formação psicológica, lembranças estas ressignificadas que reestruturam uma ideia de segurança que em alguns casos supriu a função que o ambiente familiar se negou a criar, esse sim, (espaços familiares) provocaram traumas avassaladores, pelos casos de violência generalizada e cerceamento de vários direitos destas mulheres.

O reingresso à escola para estas mulheres é impactante, evidenciadas com a busca de melhoria nas condições de vida; ampliação da visão de mundo; elevação da autoestima; desejo de inclusão no mercado de trabalho; remetendo-se ao processo de empoderamento das mesmas. Essa visão Psicanalítica evidencia-se a força das conjunturas educacionais e sua importância social e representativa.

O Processo de empoderamento promove transformações importantes no pensamento e na forma de ver o mundo, pois passaram a perceber uma cultura que não lhes eram acessíveis em relação aos direitos e deveres jurídicos legais que a mulher tem. Estas se representam no simples fato de voltarem a estudar, de lutarem juntas pelos seus direitos, despertando o hábito de sonhar, descobrindo que nunca é tarde para recomeçar, orgulhando-se por serem mulheres que, depois de muitas batalhas contra os preconceitos, conseguiram se firmar como cidadãs, serem reconhecidas pela capacidade de se emanciparem dos medos e hoje buscando novos sonhos e novas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia – GO: AB, 1998.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Artigo 205. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CARVALHO, A.; BASTOS, L. **Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: PEMJA, COLTEC, UFMG: 2004.

DIREITO À EDUCAÇÃO. Disponível em: <[http://guiadedireitos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9&Itemid=9](http://guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=9)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar (1930). In: **Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Totem e Tabu e Outros

Trabalhos, v. 13).

GRINOVER, Ada Pellegrini. **A tutela dos interesses difusos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1984.

LOURO, G. L. **Gênero e Magistério**: identidade, história, representação. São Paulo: Escrituras, 2000.

MOSCOVICI, S **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

PRIORE, M. D. **História das mulheres**: As vozes do silêncio. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, L. **Aprendendo com a diferença**. Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, João Francisco de. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no mundo**. Recife: UFPE – CE NUPEP –PE, 2000.

